



# Anais da Assembléia

Nº 43

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE MAIO DE 1989.

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1989  
TERÇA-FEIRA

Nº 15/89  
Gabinete  
Des. Zeferino Krukoski

Senhor Presidente.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Vera Aibert e pelo Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Amélia Hruschka e Leônidas Chaves (03). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Antônio Annibelli e Artagão Mattos Leão (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Curitiba, 30 de maio de 1989.

Para conhecimento desta Augusta Casa, encaminho à Vossa Excelência fotocópia do Acórdão proferido no Mandado de Segurança nº 14/89, em que é Impetrante PROMEPAR-Produtos Médicos do Paraná S/A, e Impetrado Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública desta Capital, tendo como Litisconsorte, J. C. A. - Representação e Administração, do qual fui Relator e que deu margem à instauração de Comissão Parlamentar Especial.

Aproveito-me do ensejo para renovar-lhe meus protestos de especial estima e distinta consideração.

(a) ZEFERINO M. KRUKOSKI

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 14/89, DE CURITIBA  
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA.

Impetrante: PROMEPAR PRODUTOS MÉDICOS DO PARANÁ S/A:

Impetrado : JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE CURITIBA - 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA.

Litisconsorte: J. C. A. REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

Relator: DES. ZEFERINO KRUKOSKI

MANDADO DE SEGURANÇA - DECISÃO JUDICIAL - RECURSO SEM EFEITO SUSPENSIVO.

Pode, excepcionalmente, prestar-se a segurança e emprestar efeito suspensivo recurso, que não o tem, máxime se o eventual provimento deste propiciar possível gravame irreparável.

ACÓRDÃO Nº

Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Mandado de Segurança nº 14-89, de Curitiba - 4ª Vara da Fazenda Pública, em que é Impetrante PROMEPAR - Produtos Médicos do Paraná S/A. e Impetrado Juiz de Direito da Comarca de Curitiba - 4ª Vara da Fazenda Pública e Litisconsorte J. C. A. Representação e Administração Ltda.

1. A Sociedade Comercial PROMEPAR - Produtos Médicos do Paraná S/A contraiu dívida perante o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, para inversões e investimentos. Como não pudessem honrar seus compromissos, teve sua falência requerida e decretada em 04.11.83.

Autorizada a que continuasse operando, acabou o ativo da massa sendo vendido a

terceiros. Com o produto da venda, todos os credores foram satisfeitos, tendo o próprio BADEP recebido os pagamentos de seus créditos.

Liquidado o passivo, remanesceu valor apreciável à disposição do juízo falimentar.

Ambas as partes - PROMEPAR e J. C. A. Representação e Administração, se apresentando como falidos, requereram o levantamento do saldo.

A primeira - PROMEPAR - olvidando sua conceituação de Massa Falida.

Depois de ouvido o Ministério Público, o Dr. Juiz da 4ª Vara, onde se processava a falência, deferiu o levantamento em favor desta última.

Face a tal decisão, impetrou a PROMEPAR o presente Mandado de Segurança solicitando o Sequestro da importância "nas mãos de quem a detiver", a sustação e a posterior cassação daquela decisão judicial, arrematando seu pedido nos seguintes termos:

"Face ao exposto, requer ainda deferimento de liminar sustando a decisão judicial "a quo", para afinal ser julgado procedente o presente Mandado de Segurança e definitivamente cassada a referida decisão".

Por despacho do Senhor Presidente deste Tribunal, em período de férias forenses, foi concedida a liminar (fls. 64).

Processados os ulteriores trâmites do Mandado, ingressou no feito, como litisconsorte, o que se efetivou a pedido da impetrante, J. C. A., Representação e Administração Ltda.

Colhidas as informações do Dr. Juiz da Vara esclarecendo as razões de seu despacho liberatório (Fls. 207 a 209) com cópia do parecer do Representante do Ministério Público (Fls. 335/339), tendo em vista não haver nos autos prova de que tivesse sido interposto Agravo da decisão do Juízo monocrático e que este recurso fosse tempestivo.

Esclarece-se que as fotocópias das peças deste recurso, que então se encontravam nos autos, não evidenciavam a sua efetiva e tempestiva interposição.

Basta, para tanto, confrontar-se a fotocópia de fls. 83 com de fls. 370, para se verificar que no documento de fls. 83 não há a certidão existente na fotocópia de fls. 370, na qual se comprovou a sua interposição tempestiva.

Tais, repita-se, foram os motivos básicos que levaram este Relator a proferir a decisão liberatória de fls. 345.

Vinte e quatro horas após, porém, evidenciada interposição do mencionado Agravo e de sua tempestividade, este Relator houve por bem determinar a manutenção da liminar anteriormente concedida.

Cabe mencionar, outrossim, a existência de quatro agravos regimentais - 2 só autuados - em três, sendo agravante J. C. A. Representação e Administração Ltda. e um deles a impetrante, tendo este ficado prejudicado pela reconsideração do pronunciamento atacado. Nos três primeiros são impugnadas as decisões da Presidência e deste Relator, aquela que concedeu o sequestro liminar, e as outras que restabeleceram referida medida, bem como a que ordenou a restituição à massa, de parte da importância não apreendida. Levando em conta, todavia, o julgamento da segurança nesta mesma sessão, pelo egrégio Grupo, as questões que são objeto dos agravos, serão apreciados em conjunto com o mérito da segurança, porque com ele inteiramente entrosados, ficando, por isto, prejudicados.

Pelo parecer de fls. 407/414, secundado pelo de fls. 470/471, opinou o douto Procurador Geral da Justiça no sentido da concessão da ordem, na conformidade da impetração.

2. A análise cuidadosa dos autos, principalmente a leitura atenta da inicial, leva à conclusão de que a impetrante, usando de mandado de segurança contra ato judicial, requereu sequestro de importâncias em dinheiro que, inicialmente depositadas em nome da massa, foram levantadas por J. C. A. Representação e Administração Ltda., em cumprimento da referida decisão judicial.

Consta, expressamente, da inicial, que o mandado de segurança foi empregado sem a interposição do agravo de instrumento, contra a decisão judicial antes referida, chegando o patrono da impetrante a invocar precedente do Supremo Tribunal Federal admitindo o mandamus em hipótese que tais. (fls. 7).

Deve, mesmo, ser observado que a segurança foi protocolada em 25 de janeiro do corrente, e o Agravo de Instrumento só interposto em 30 do mesmo mês.

Porém, a comprovação efetiva do ajuizamento do agravo, como foi dito, somente veio a estes autos, às fls. 370, razão pela qual, ad cautelam, foi revista a anterior decisão deste Relator, que modificando a liminar concedida pela Presidência do Tribunal, ensejou o levantamento autorizado pelo Juízo Monocrático. Veja-se que as peças de fls. 83 a 85, sem qualquer autenticação e desacompanhadas de certidão do Cartório da 4ª Vara da Fazenda Pública, não demonstravam a efetiva interposição do recurso, daí a razão de ser dos itens 2º e 3º da decisão liberatória de fls. 345, datada de 27.02.89, deste Relator, revista no dia seguinte, porque, em referida data, a impetrante, efetivamente, demonstrou, com certidão, que somente então juntou, a sua interposição tempestiva

(fls. 370 a 374).

3. Contra decisão judicial da qual caiba recurso, se este não é interposto, e por isto transita ela em julgado, descabe Mandado de Segurança.

Se não cabe a medida, seus efeitos também não podem subsistir, nem em parte.

E atente-se que a PROMEPAR, leia-se BADEP, teve 28 dias para fazer esta prova, a qual somente então providenciou, não obstante os insistentes pedidos da lití-consorte, objeto até de agravo regimental.

É de se observar, outrossim, que se a lei admite o recurso, tendo o cuidado de esclarecer, mais, não caber, então a segurança; se o recurso foi interposto, lá reside, em princípio, a sede própria para se discutir a matéria que é, sem dúvida, de alta indagação. Não aqui, por se tratar de processo de rito especial, orde descabe instrução e o contraditório, com o exame aprofundado das provas.

Porque o recurso, então? A lei terá admitido procedimentos inócuos, com absoluta perda de tempo? Admitir um recurso e depois dispensar o seu julgamento não se afigura razoável. Outrossim, com o entender desde logo "teratológica", a decisão agravada já se estará pré-julgando aquele recurso regular.

Na esteira destas considerações, é de lembrar a lição de Hely Lopes Meirelles, na sua didática obra, "Mandado de Segurança", Ação Popular e Ação Popular e Ação Civil Pública, 11.<sup>a</sup> edição, editada pela Revista dos Tribunais, página 19:

"Por isso mesmo a impetração pode - e deve ser concomitante com o recurso próprio (apelação, agravo, correição parcial), visando unicamente obstar a lesão efetiva ou potencial do ato judicial impugnado. Se o impetrante não interpuser, no prazo legal, o recurso adequado, tornar-se-á carecedor da segurança, por não se poder impedir, indefinidamente, pelo mandamus, os efeitos de uma decisão preclusa ou transitada em julgado, salvo se a suposta "coisa julgada" for juridicamente inexistente ou inoperante em relação ao impetrante".

E, das duas últimas hipóteses, não é o caso.

Em relativamente recente pronunciamento, o Supremo Tribunal Federal, também em igual sentido orientou-se, ao julgar o RE. 106.738-1 MT, de 17 de junho de 1986:

"Sem que se interponha o recurso pertinente à decisão impugnada, a impetração do mandado de segurança não se beneficia da jurisprudência da Corte que dá pelo cabimento do "writ" quando o recurso não tem efeito suspensivo e há possibilidade de prejuízo irreparável, pois sem o tempestivo recurso a decisão transitada em julgado e o mandado de segurança enfrenta a súmula

268" (DJU de 1º de agosto de 1986, pág. 12.892).

3. Busca a impetrante, como visto, a consolidação do seqüestro e a cassação definitiva da decisão judicial.

A alegação preliminar, no sentido de que não deveria ser conhecido o mandado de segurança porque não interposto pela massa, conforme salientado pelo Doutor Juiz, em suas informações, embora técnica, não deve ter o condão de afastar a apreciação do mandamus por este egrégio Grupo, pois ante a controvérsia estabelecida, em que o BADEP, como acionista da falida, julga-se com direito às sobras da massa, razoável é que se ultrapasse a prefacial citada.

O estranho é que este Órgão, (BADEP) nem ingressou no feito, como lití-consorte, estando seus interesses encampados pela impetrante, ou melhor, pela Massa Falida da impetrante.

4. A jurisprudência, que a princípio repelia, terminantemente, a segurança contra atos judiciais, (Súmulas 267 e 268), hoje não é mais tão inflexível, mas, para tal, exige a absoluta ilegalidade do ato e o periculum in mora. Este até poderia, existir, mas aquele não, pois, o ato judicial está fundamentado, encontrando respaldo no parecer do Ministério Público do Primeiro Grau, ao qual se reporta, e, até, em parecer de renomado jurista (Fls. 197/215). A questão, em verdade, é complexa, e longe está o decisum do absurdo ou do "teratológico".

Veja-se, mesmo que a posse das ações pelo BADEP/FDE, que nem se habilitaram neste Mandado, está sendo discutida em ações próprias - ação de restituição de ações e ação anulatória de ato jurídico - pairando quando menos dúvida quanto à legitimidade da pretensão da impetrante. É o quanto basta para não haver a necessária liquidez do direito invocado, valendo lembrar, a propósito, a lição de C.A. Bandeira de Mello, que só entende por "líquido e certo o direito que deva se aplicar "a fatos incontrovertíveis" e como tal demonstráveis de plano, prima facie".

De mais a mais, se pretende mandado de segurança para obter seqüestro de somas em dinheiro, que só é viável sobre coisas móveis, semoventes ou imóveis (res) segundo ensina Sérgio Sahione Padel em seus comentários ao art. 822 do Código de Processo Civil.

Em outra linha de considerações, poder-se-ia argumentar com a possibilidade de se dar efeito suspensivo ao agravo de instrumento, o que vem sendo admitido em diversos julgados, mas nesta segurança tal não foi objeto de pedido o que nem poderia ocorrer porque ainda não formulado e só ad

cautelam foi mantida a liminar até o julgamento deste ou da segurança, prevalecendo, por óbvio, a condição que por primeiro viesse a ocorrer.

Ademais, admitir o efeito suspensivo, não pleiteado, seria vulnerar o artigo 128, do Código de Processo Civil, aplicável à espécie, havendo reiterados julgados no sentido de que "em mandado de segurança não cabe a concessão com alteração da fundamentação de direito que o embasar, sendo-lhe vedado o princípio "jura novit curia" (RTJ 63/784, 85/514; RTJTJES 43/137, 68.286).

5. Sobreleva atentar-se porém, em final consideração, para a jurisprudência já reiterada deste Grupo de Câmaras, que no Mandado de Segurança, nº 188/88, por acórdão unânime de lavra do Excelentíssimo Senhor Desembargador Oto Sponholz, que ficou assim ementado, se concluiu:

(1) Se o Código de Processo Civil estabelece expressamente que o agravo de instrumento é recurso que não tem efeito suspensivo, vedado está ao magistrado conceder-lhe tal efeito. O que é possível, ocorrente os pressupostos "fumus boni juris" e do "supericulum in mora", é conceder-lhe a liminar pleiteada na ação mandamental para suspender os efeitos da decisão recorrida, até o julgamento do agravo de instrumento.

(2) A orientação doutrinária e jurisprudencial defensora do descabimento da impetração de mandado de segurança contra ato judicial de que caiba recurso pode e deve ser mitigada, desde que a decisão do juízo monocrático, com eficácia plena e de cumprimento imediato -, possa causar dano concreto, de difícil, incerta ou demorada reparação".

Outro julgado, deste mesmo Grupo de Câmaras - Mandado de Segurança nº 65/88 - também teve idêntica conclusão:

"A Jurisprudência dos Tribunais Nacionais, vem se orientando no sentido de em Ação Mandamental, suspender os efeitos da decisão judicial atacada por agravo de instrumento, até que o Juízo colegiado decida a matéria ventilada naquele recurso". E esta mesma tese foi sustentada oralmente, na sessão de julgamento pelo ilustre Procurador de Justiça que usou da palavra.

Ante os julgados referidos, curva-se este Relator, a fim de que a relevante controvérsia possa ser dirimida no âmbito do Agravo, precatando-se, até lá, o interesse da parte que poderia sofrer irreparável gravame, na hipótese de provimento do seu recurso.

6. Pelo exposto, ACORDAM os Desembargadores componentes do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de

votos, em julgar prejudicados os Agravos Regimentais e conceder a segurança, mas tão somente para suspender os efeitos da decisão agravada, até final julgamento do Agravo de Instrumento.

Curitiba, 18 de maio de 1989.

(aa) DES. RENATO PEDROSO

Presidente sem voto

DES. ZEFERINO KRUKOSKI

Relator.

Estiveram presentes na Sessão e acompanharam o voto do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, os Senhores Desembargadores: Nunes do Nascimento, Oto Sponholz, Silva Wolff, Luiz Perrotti, Osiris Fontoura e Cordeiro Machado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 36/89, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 69/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 42/89) que objetiva reajustar, a partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. Em votação.

Suspendo a sessão por dez minutos. Convoco os Líderes de Bancada para que compareçam à Presidência a fim de tratarmos de detalhes da votação.

(É suspensa a Sessão por dez minutos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está reiniciada a sessão.

Solicito às pessoas estranhas ao Plenário que aguardem nas laterais, nas tribunas de honra.

O processo de votação na sessão de hoje, e a Mesa esclarece ao Plenário que a Proposição nº 36/89, já teve sua discussão encerrada na Sessão Ordinária do dia 18 de maio passado, o processo será simplesmente na fase de votação. Cada Senhor Deputado terá dez minutos para encaminhar a votação e deverão se inscrever aqui na Mesa para encaminhamento de votação.

Do processo de votação a Mesa esclarece uma vez mais ao Plenário que a votação da Proposição nº 36/89, adotará o

disposto pelo § 4º do artigo 66 da Constituição Federal, ou seja: O processo de votação será por escrutínio secreto. Esclarece ao Plenário que o voto será absolutamente secreto. A exibição de voto implica na anulação do mesmo.

Solicito aos Senhores Deputados que atentem para a forma a ser utilizada. O Senhor 1º Secretário fará por duas vezes a chamada nominal dos Senhores Deputados. Ao ser chamado o Deputado deverá dirigir-se à Mesa dos trabalhos, onde receberá a sobrecarta rubricada do Senhor 1º Secretário, após o quê dirigir-se-á à cabine indestrutível localizada à direita da Mesa, onde em seu interior encontram-se as cédulas de votação contendo as expressões "Sim" ou "Não".

Os Senhores Deputados que pretendem votar pela aprovação do projeto, com a conseqüente rejeição do veto, deverão manifestar-se utilizando para a votação a cédula que contém a expressão "Sim". Os que desejarem votar pela manutenção do veto, em conseqüente rejeição ao projeto, deverão utilizar-se da cédula que contém a expressão "Não".

Após feitas as opções de voto, deverão colocar a cédula na sobrecarta, depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

Vou repetir o processo: Senhores Deputados que pretenderem votar pela aprovação do projeto, com a conseqüente rejeição ao veto, deverão manifestar-se utilizando para a votação a cédula que contém a expressão "Sim". Os que desejarem votar pela manutenção do veto, e conseqüente rejeição ao projeto, deverão utilizar-se das cédulas que contém a expressão "Não". Após terem feito sua opção de voto, deverão colocar a cédula na sobrecarta e depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

A Presidência salienta que para a aprovação do projeto e conseqüente rejeição do veto, será necessário que 28 Deputados votem "Sim", conforme previsão do § 4º, do artigo 66 da Constituição Federal.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Após o detalhamento V. Excia. terá a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Designo a Comissão constituída dos Senhores Líderes, mais o Líder do Governo para a Comissão escrutinadora, fiscalizadora.

A Comissão escrutinadora será presidida pelo Senhor 1º Secretário.

Concedo a palavra ao Deputado Edmar Luiz Costa. A Mesa anuncia que se encontra sobre a Mesa os envelopes e as cédulas, a

fim de que os senhores líderes possam verificar todas as cédulas e todos os envelopes que estão sobre a Mesa e absolutamente descaracterizado.

Edmar Luiz Costa com a palavra.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Longe deste parlamentar, que representa o PDC nesta Casa, a intenção de politizar a matéria e muito menos a de tão importante assunto tentar tirar proveito político. O aumento, que eu já digo: "Não é aumento, é reposição salarial do funcionalismo público Estadual, já foi objeto de inúmeras e inúmeras discussões nesta Casa nos últimos sessenta dias. Portanto, é uma matéria bastante esclarecida.

O que me traz à tribuna é o comportamento do Senhor Governador do Estado com respeito à matéria. Sua Excelência me parece que ainda não ultrapassou a fase de brincar de candidato a Presidente da República e ainda não superou a fase de não ser o Ditador do Paraná. Ontem e hoje, algumas emissoras de televisão divulgaram uma entrevista de Sua Excelência em que ele acintosamente humilha o Poder Legislativo em mais uma oportunidade, com a sua sabedoria jurídica, que não sei de onde tirou, afirmou que a emenda do Deputado Ferrari é inconstitucional e que não é possível que Deputados que estão elaborando e votando a Constituição Estadual, votem uma matéria inconstitucional. Primeira indagação: qual é o passado jurídico do Senhor Governador para julgar um comportamento jurídico de uma Casa de Leis como é esta? Em segundo: Sua Excelência fala em constitucionalidade, quem é ele para falar em Constituição se é o homem, é a autoridade que mais desrespeita a Constituição Federal no Estado do Paraná, no mesmo... (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita às galerias, a manifestação a favor ou contra é proibido pelo Regimento Interno, mas eu estou notando que há alguns presentes que estão estrapalando a tolerância da Assembléia com assobios e vaias. Vou permitir as manifestações dentro das regras elementares de educação, do contrário suspenderei a sessão.

"... no mesmo noticiário que divulgava a entrevista do Governador, bastava ver os intervalos comerciais, propaganda estatal não divulgando as coisas do Paraná, mas divulgando a figura de Álvaro Dias, a sua própria imagem na televisão, o seu auto elogio com o dinheiro do povo do Estado do Paraná, contrariando um dispositivo da Constituição Federal, que agora, ele quer invocar contra esta Casa.

Portanto, falta ao Governador compor-

tamento ético, em matéria constitucional, para tentar criticar esta Casa de Leis. Em segundo lugar, através de mecanismos próprios do Palácio Iguazu, tentou-se jogar na imprensa do Paraná, nas últimas horas, de que alguns Deputados, com este problema de derrubar ou não derrubar o veto, queriam apenas tirar proveito político.

De minha parte, esclareço desde logo: a minha posição é conhecida nesta Casa; não sou candidato a nenhum cargo eletivo nas próximas eleições, mas duvido que qualquer um dos meus companheiros de Oposição, e mesmo de deputados do PMDB, estejam interessados em tirar proveito político daquilo que pode ser chamado, da tragédia do salário do servidor público paranaense.

Sua Excelência, o Governador do Estado, ele sim não tem condições de regradar os seus gastos com a publicidade oficial, dizendo lá fora, que aqui é um mar de rosas, e ignorando o que passa a família do servidor; nós temos essa noção, e não queremos proveito político, nós queremos apenas justiça. Que se faça justiça, Senhor Governador, e aqui eu encerro dizendo: que infelicidade a do Estado do Paraná, num momento em que o grande partido PMDB deixou de escolher Sua Excelência como seu candidato.

Seria o candidato do PMDB; se venceria ou não, se o Paraná votaria ou não, poucos nos interessaria, mas, este Estado voltaria a trabalhar com satisfação, e aqui reinaria novamente a justiça, porque seríamos dirigidos por gente competente, e que sabe respeitar o Poder Judiciário e o Poder Legislativo.

Perdeu o Paraná, ganhou o Brasil, porque ele apenas brincou de candidato.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Pedro Tonelli com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, e Senhoras Deputadas, funcionários públicos. Esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é mais uma oportunidade que a Casa tem para afirmar mais uma vez a sua autonomia e o seu comprometimento com a causa dos paranaenses.

Deste vez, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Sua Excelência, o Governador do Estado, está usando duas estratégias admiráveis; anunciou a concessão do abono para o mês de junho; está prometendo um novo reajuste para julho, e o Palácio Iguazu promete para o ano que vem, uma política salarial do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Temos que derrubar este veto Senhor

Presidente, Senhores Deputados, por que promessa de abono? Promessa de abono não nos convence, porque os servidores e os dirigentes das entidades de classe são unânimes em desprezar esta proposta oportunista. Abono é paliativo, é engodo, é para calar a boca dos servidores. O abono, todos sabem, não incide sobre as vantagens e representa simplesmente um ganho circunstancial. Na verdade o Governador persegue, mais uma vez, os funcionários públicos a exemplo do que faz Sua Excelência o Presidente José Sarney, que prefere dar um abono ao invés de corrigir o salário mínimo e os funcionários públicos, o funcionalismo, o que eles esperam é a reposição das perdas e não é esmola e nem abono que vai repor as perdas do funcionalismo público do Paraná.

Sobre a política salarial prometida. A promessa do Governador de adotar uma política salarial a partir de 1990 trai puramente os objetivos dessa medida. Como é que é possível que o Governador do Estado do Paraná espere quatro anos para estabelecer uma política salarial para o funcionalismo público do Paraná? O ano que vem ele vai estabelecer uma política salarial ... exatamente no ano em que ele deixa o Governo. Estamos no terceiro ano em que Vossa Excelência Álvaro Dias está no Governo, no Palácio Iguazu, e agora, dois meses antes de deixar o Governo, porque certamente ele deixará o Governo em maio, e este Poder vai começar a funcionar a partir de março. Então, será aprovada uma nova política salarial e no dia seguinte quem estará no Governo será Sua Excelência Dr. Ary Queiroz ou Sua Excelência Dr. Aníbal Khury, não será mais Álvaro Dias! Dá para acreditar, Senhor Presidente, Senhores Deputados?

Por isso, nós temos que derrubar este veto neste momento, porque promessa para o ano que vem nem promessa para santo funciona, imagine promessa de Governador.

(Palmas).

Digo mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvi pela imprensa uma alegação acusatória contra este Poder Legislativo. Ouvimos do Governador, através da imprensa, a acusação dizendo o seguinte: que o problema não é financeiro, não é outro problema senão a inconstitucionalidade da lei, este que é o problema. E diz ainda: quem não respeita a Constituição não pode fazer constituição. Olha, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se isto fosse verdade o Governador do Estado não poderia mais ocupar o Palácio Iguazu, porque inúmeras vezes Senhor Presidente, Senhores Deputados, o próprio Governador do Estado tomou iniciativas desrespeitando a Constituição Federal e a Constituição do nosso Estado. E quero citar aqui alguns exem-



plos. Primeiro: o Governador pediu a este Poder Legislativo delegação de poder para legislar por decreto e, infelizmente, este Poder concedeu. Mas, ele pediu e a Constituição Federal veda. É proibido pedir delegação de poder, como é proibido conceder delegação de poder. No entanto, aconteceu aqui no Estado do Paraná.

Outro desrespeito à Constituição, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi por ocasião do veto parcial ao Projeto de Lei n. 001/89, este é um outro caso de flagrante desrespeito à Constituição Federal cometido pelo nosso Governador. Para exatamente aquele projeto que determinava reajuste salarial, que agora é objeto de apreciação novamente aqui neste Parlamento. Aquele ato do veto foi completamente inconstitucional porque ele feriu o artigo 66, parágrafo segundo da Constituição Federal, aonde o Governador deveria vetar todo o artigo do Projeto e ele vetou parte do artigo. Isto é vedado pela Constituição Federal pelo artigo 66, parágrafo segundo, no entanto ele vetou, usou do artifício contra a Constituição.

Outro exemplo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, agora há um mês atrás, ele enviou mensagem a este Parlamento, que foi aprovada aqui, lamentavelmente, mas iniciativa dele, pedindo autorização para contratação sob necessidade temporária, completamente inconstitucional, a Constituição é clara que o ingresso ao serviço público, se dá mediante concurso público, isto é o que está na Constituição. Diz a Constituição que a lei deveria estabelecer os casos de necessidade excepcional ou temporária. Ele ao invés de mandar para esta Casa de Leis um projeto estabelecendo os casos, ele mandou um projeto dizendo que o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, Administração Direta, Indireta, Autárquica, todo o Poder público do Paraná pode contratar por dois anos, até o final do Governo dele, sem concurso público, sob a alegação de necessidade excepcional e temporária, mais um desrespeito à nossa Constituição.

Quarto ato inconstitucional de Sua Excelência o Governador, ele que fala que nós estamos aprovando, apresentando uma lei inconstitucional, é a questão da publicidade personalista que o Governador continua fazendo. Esse é um desrespeito ao artigo 37 parágrafo primeiro da Constituição Federal. Esse artigo regulamenta a veiculação de publicidade oficial, no entanto o Governador do nosso Estado continua gastando milhões em publicidade pessoal. É desrespeito à Constituição ou não é? No entanto ele está concordando.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se fôssemos nos prolongar, nós temos "n" motivos para votar contra o Go-

vernador, a favor dos funcionários públicos e eu espero a compreensão dos nobres Pares deste Parlamento e vamos todos dar uma demonstração de maturidade, uma demonstração de grandeza, uma demonstração de autonomia e vamos votar derrubando o veto de Sua Excelência o Governador, para que o arrocho salarial aos funcionários públicos do nosso Estado não se agrave ainda mais.

Era isso, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa anuncia a visita nesta Casa em plenário, do deputado Federal pelo Rio de Janeiro, César Maia, ex-Secretário da Fazenda do Governo Leonel Brizola.

Com a palavra o Senhor Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Realmente, no dia de hoje esta Casa vive mais um momento de expectativa em todo o Estado do Paraná.

Por um lado a preocupação da população, que não suporta mais a carga tributária, os altos custos administrativos do Poder Público e por outro lado a grande classe trabalhadora dos servidores do Estado do Paraná que vive dias, meses e se continuar da maneira que pretende o Senhor Governador Álvaro Dias, anos em angústia, em dificuldades, em inviabilidade dos seus projetos de vida, impossível de qualquer aspiração de progresso e de sucesso dos servidores públicos do Estado do Paraná em qualquer um dos setores que serve, dado o achatamento salarial que lhe impõe o Governador do Estado do Paraná, usando em todos os dias, usando em todos os momentos a imprensa escrita, falada, para fazer com que a população contribuinte, aquela que paga imposto, as empresas, os trabalhadores de um modo geral, se voltem contra o funcionalismo público, dizendo o Governador dos marajás, dos que ganham dinheiro fácil, talvez, indiretamente diz isto. E por outro lado os trabalhadores, os servidores do Governo que não vêem oportunidade nenhuma de manter a sua sobrevivência.

Mas, este Parlamento tem, no dia de hoje, uma grande responsabilidade em ficar junto aos servidores do Paraná e contra o Governador do Estado, manifestando-se pela rejeição do veto do Governador, e até pela afirmação deste Parlamento.

Srs. Deputados, eu acredito que a maioria dos senhores tomaram conhecimento de uma pesquisa realizada ainda esta semana por uma Universidade do Paraná, sabendo com a população e principalmente a popula-

ção jovem, querendo saber o que pensa de nós políticos e a manifestação foi desastrosa. Noventa por cento dos informantes disseram que deveria ser extinto este Parlamento, que nada serve a não ser para aumentar os custos administrativos do Estado, dizendo também que este Parlamento perde a sua importância porque vive de subserviência ao Governador do Estado, atende a todos os pedidos do Governador do Estado, não tem a sua auto-affirmação, não tem o poder de decisão. Então nos coloca, na verdade, numa situação injuriosa, de desprestígio e que caminha pelas ruas, pelos recantos, por todos os lugares onde passamos. Cada um de nós, no cumprimento do seu dever, na luta do dia-a-dia como Parlamentar, na luta em servir a população, na luta dos bastidores e na feitura da Constituição Estadual, na preocupação de premiar todos os interesses da população do Paraná, mas todos os interesses dos paranaenses, indistintamente, sejam governantes ou não, mas ficamos aí à mercê da vontade popular, até da extinção deste Parlamento, porque o Governo do Estado nos joga contra a população todos os dias. Como não bastasse, com a sua afirmação no dia de ontem quando disse na televisão que se nós rejeitarmos o veto estamos praticando um ato de inconstitucionalidade e quem pratica atos de inconstitucionalidade não tem competência para fazer a Constituição. Quem é o Senhor Governador para dizer que não temos competência? O povo nos outorgou este direito, como outorgou o direito e o dever dele governar o Paraná.

Portanto, Srs. Parlamentares, temos que nos unir, no dia de hoje, fazer com que este Parlamento seja respeitado pelo Sr. Governador e seja também respeitado por aqueles que não reconhecem o nosso trabalho, vetando, rejeitando o veto do Governador, fazendo com que o Governo pelo menos atenda um pouquinho melhor as reivindicações dos servidores do Estado do Paraná.

Eu quero, neste momento, registrar que a minha preocupação, é a preocupação da minha Bancada, do Deputado Werner Wanderer, do Deputado David Cheriegate, do Deputado João Arruda, do Deputado Basílio Zanusso e deste Deputado que vos fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, trabalhadores do Paraná, senhoras e senhores.

Hoje será exibido mais um capítulo da novela "os 39%". Desde o início do ano que nós acompanhamos essa novela e a cada capítulo que será exibida mais sofrimento,

mais angústia ao trabalhador do Paraná. Portanto, hoje, aqui, em nome do meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, o nosso voto hoje, nós iríamos votar em aberto, mas, como não permite, quero encaminhar a votação aqui dizendo que o nosso voto é a favor do trabalhador do Paraná, hoje, nesta Casa. Voto a favor do trabalhador, por quê? Porque jamais posso votar contra os funcionários do nosso gabinete que são chefes de família, que lutam, que sofrem, que pagam ágio e que, muitas vezes, passam necessidade por motivo de um Governo Federal que administra muito mal este nosso País. E nós, como Deputado Estadual, jamais poderemos votar contra os trabalhadores, jamais votarei contra os professores do Paraná, jamais votarei contra a segurança, contra a polícia do Paraná. O brasileiro todo sabe que o salário a cada vez diminui mais, que os nossos governantes só sabem falar em aumentar impostos e mais impostos, tributos e mais tributos e nada de aumentar o salário. Agora vêm com essa miséria de reposição.

O trabalhador do Paraná que tanto luta e trabalha pelo engrandecimento deste Estado não está precisando de esmola, de abono, ele quer o seu salário ao qual ele tem direito porque ele é um trabalhador.

Portanto, Srs. Deputados, em nome da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, iremos votar daqui a pouco, a favor do trabalhador do Paraná - contra o veto e a favor de todos aqueles que trabalham por um Paraná grande, um Paraná melhor. Meu voto é a favor dos trabalhadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A situação salarial do funcionalismo público do Paraná, em geral, é caótica.

Quero considerar, nesse momento, alguns aspectos sobre a educação. Os professores do Paraná já perceberam no ano passado um salário que valia o seu trabalho. Muitas pessoas vieram para essa profissão, atraídas, entre outros incentivos, pelo vencimento que proporcionava. Mas esse tempo já vai longe. O Paraná progrediu em outros setores, cresceu em número de cidades e população. Os governantes passaram a ver que aplicar na educação tinha retorno a longo prazo e o que rendia ibope e votos eram obras: estradas, pontes, prédios, praças, enfim, aquilo que pode ser inaugurado com bandas, festas e foguetes. Assim, a princípio, quase desapercibido, depois acintosamente, uma sequência de governadores, foram achatando os salários dessa categoria.



Se consultar qualquer professor dos idos de 1966, verificar-se-á que, naquela ocasião, o magistério do Paraná ganhava bem mais do que alguns funcionários do Banco do Brasil. E isso era considerado justo, pois para ingressarem naquele Banco tinham que ser preparados pelos mestres. Hoje, devido aos baixos salários, falta de compreensão e apoio, constantemente ficamos sabendo que alguns deixam essa profissão para entrarem naquele banco ou em outros ramos de trabalho.

No entanto, Sr. Presidente, os governadores das últimas décadas descuidaram-se tanto, tanto desse segmento do funcionalismo público, que no nosso entender é uma só que não chega nunca a ser atendida por completo, ou então os seus resultados arduamente conquistados, acabam deixando de ser cumpridos, fazendo com que esses profissionais voltem a lutar por aquilo que já tinham conseguido.

Exemplo claro disso, está na conquista da greve de 1986, quando foi fixado em lei o piso de três salários mínimos. Hoje, depois de uma sequência de planos frustrados, dos quais, praticamente, todos os governadores participaram, quando determinam um salário mínimo ridículo de NCz\$ 120,00 e o magistério deveria ter o piso de NCz\$ ..... 360,00, verificamos incrédulos, dois anos e meio depois daquela conquista, que o piso salarial do magistério do Paraná é de Cz\$ 128,00.

Nesse assunto, salários de professores no Paraná, a máquina anda para trás. A categoria cresce constantemente, pois crescem o número de clientes e o número de alunos. Esse fato deveria ser visto com orgulho, mas parece que se torna um problema para quem não enxerga a educação como aplicação, mas simplesmente como gasto. Assim, nosso governo faz crescer o número de professores, mas a verba destinada ao seu pagamento permanece a mesma. O pessoal da ativa, somados aos aposentados, tem um tanto destinado para o seu pagamento e em hora nenhuma usam da criatividade para aumentá-lo.

A situação do professor no País inteiro é caótica. Ninguém, com poder para isso, enxerga ou quer enxergar que, países como Japão, Alemanha, Bélgica, Holanda e tantos outros desenvolvidos aplicaram na educação. Porém, mesmo assim, alguns Estados brasileiros chegam, no momento, a pagar mais que o nosso. Os professores de São Paulo estão em greve, pedindo como piso o equivalente ao salário mínimo da Constituição Federal, calculado pelo DIEESE, tomando por base os preços de agora, ou seja, o valor de NCz\$ 553,23; o governo oferece, praticamente, a metade, e eles não aceitam.

A proposta daquele Estado é quase o

dobro do que ganha o professor paranaense. Será que valem mais que os nossos professores?

Algumas Prefeituras, entre elas a Prefeitura de Curitiba, pagam salário muito superior ao do Estado. Onde fica o magistério estadual? Senta-se e fica esperando? Ou será que, em busca de uma solução, voltará à luta, com toda a força de organização dos professores do Paraná que muito bem conhecemos?

E por aqui o que constatamos? O Senhor Governador Álvaro Dias declarando à imprensa que quem votar contra o veto não tem condições de ser Constituinte Estadual. É lamentável esta declaração do Senhor Governador. Nós aqui, já cometemos vários erros, quando dávamos apoio nesta Casa, ao atual Governo. Violentamos nossa própria consciência ao votar contra a URP do funcionalismo público, ao não conseguir nem mesmo intermediar a greve dos professores, das universidades; nem mesmo intermediar a greve dos profissionais da saúde, cujo Secretário Delcino Tavares, por várias vezes, demitiu inapelavelmente profissionais do mais alto gabarito e comprometidos com a questão da saúde da população. Por isso, saí do PMDB. E não aceito a declaração de alguns, de que somos "cristãos novos da Oposição". Pelo contrário. Fui por muito pouco tempo "cristão novo da Situação". No momento em que passei para o PSDB, reencontrei-me comigo mesmo. Por isso, hoje votarei com a minha consciência. Votarei contra o veto do Governador.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais integrantes desta Casa de Leis, servidores públicos que hoje frequentam esta Casa.

Nós temos visto ao longo do nosso trabalho na Assembléia Legislativa, várias interferências vindas e outras pessoas, procurando denegrir o Poder maior deste Estado, que é o Poder Legislativo.

Mas, o que nos tem causado estranheza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são os políticos que perderam a credibilidade popular e hoje procuram denegrir este Parlamento, dizendo que este Parlamento não tem condições de votar ou conceder aumento aos servidores públicos do Paraná. Eu gostaria, desta tribuna, dizer que estes políticos foram banidos muito tarde da vida pública, porque é impossível acreditar que alguém que tenha vontade de voltar para a vida pública, se volte contra a classe mais prejudicada neste atual Governo, que

é a classe dos servidores públicos do Paraná.

Por isso, nós não acreditamos neles e temos certeza de que o povo do Paraná também nunca mais irá acreditar. Nós temos visto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos visto com frequência a Constituição Federal ser ferida neste parlamento.

Dizia o Deputado Haroldo Ferreira que votou contra, por ocasião da extinção da URP neste Estado. Este Estado, patrocinado por este governo que aí se encontra, foi o primeiro Estado da Federação que houve por bem tirar a URP do funcionário público, provando com isso que a sua eleição foi o grande erro que o Paraná cometeu. Mas, aí vai mais longe a situação. Chega ao ponto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de na Comissão de Constituição e Justiça na CCJ, a principal comissão que esta Casa possui, do próprio Presidente avocar para si, emitir o parecer a respeito do veto do Governador.

Ora, inconstitucionalidade absoluta está nesse parecer que pede a manutenção do veto. Este sim, fere a Constituição. Quem critica os Deputados desta Casa dizendo que não podem estes Deputados fazerem uma nova Constituição, é porque realmente nem a Constituição Federal que é a Lei maior, deve aprender a ler, porque a Constituição Federal em seu artigo 84 permite que os Deputados apresentem emendas, que alterem, diminuam ou aumentem a despesa.

O que não se pode é admitir tal situação nesse Parlamento. Este Parlamento, Sr. Presidente, precisa ser respaldado por aquilo que ele realmente é.

Não há a mínima condição de se aceitar tal imposição vinda daqueles que não sabem legislar; vindo daqueles que só votam e só dizem amém ao Poder Executivo.

Esse parecer da CCJ do qual eu me neguei em assinar, porque disse nesta Casa que jamais assinaria qualquer documento que contrariasse o nosso ideal, que contrariasse a nossa vontade. Não aceitamos imposição de quem quer que seja. Por isso, não conta a nossa assinatura neste Parecer. Esse parecer é um verdadeiro abuso. O Governador fala em inconstitucionalidade.

Ora, o sindicato dos servidores públicos do Paraná sabe muito bem que nós levantamos junto com o Deputado Nereu Massignan a questão da inconstitucionalidade não só deste veto, mas de outro veto, aquele que retirou os 39%. Aquele, também é inconstitucional. Esse, o veto é inconstitucional e não a emenda, como quer Sua Excelência o Governador do Estado.

Ao longo disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fomos notando que esta Casa vai se firmando; esta Casa vai realmente aprendendo a fazer uma legislação, vai

aprendendo a defender os interesses dos trabalhadores do Paraná. É por isso que temos certeza que pela primeira vez em dois anos e meio vai ser aprovada a emenda do Deputado Ferrari Júnior. Vai ser derrubado o veto. Essa é a nossa certeza, porque esta Casa amadureceu.

Esta Casa hoje, os seus integrantes já raciocinam com bastante independência e nós faremos questão de daqui há alguns minutos, dizer que o povo do Paraná, os servidores públicos do Paraná têm direito a uma resposta deste Parlamento. E a resposta virá com a rejeição total e absoluta desse veto.

E nós do PDT, que hoje integramos com cinco Deputados nesta Casa, todos nós votaremos contra o Governador e a favor do funcionalismo público.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não vim a esta tribuna para manifestar somente minha declaração de voto, inspirado em grandes teorias filosóficas, teóricas, políticas, enfim, buscar nos grandes estudos a explicação para dizer de que lado vou estar.

Fiz e tomei a atitude de concretizar um gesto que muito me satisfaz, para provar e dar a garantia de vir a esta tribuna, com tranqüilidade, para manifestar a minha posição.

Eu subi às galerias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para ver, junto aos funcionários públicos, ex-colegas meus que aqui estão, quanto é que estão ganhando hoje no Serviço Público Estadual. E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu também não me enganei em ver como é que seres humanos deste País estão submetidos a uma condição de semi-escravos! Sabem por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Porque eu encontrei uma ex-colega de trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, a quem tenho a confiança e a liberdade de pedir a ela para que defira o número que faz parte de sua folha de pagamento. Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma funcionária com oito anos de serviço, que desempenha função de Secretária, ganha menos de 55 dólares, no paralelo, menos de 180 cruzados novos, com oito anos de serviço!

Fui falar com outra colega de serviço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tem três anos e meio de serviço, porque quando ela chegou à Secretaria eu estava saindo. Ela trabalha hoje na função de datilógrafa, três anos e meio de serviço, ganhando 107 cruzados novos! 107 cruzados novos,

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mas, encontrei também quem já doou 22 anos de sua vida à função pública, 22 anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o limite que um trabalhador pode suportar numa função, e, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebe 250 cruzados, Auxiliar Administrativo no setor público!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tem teoria que justifique um voto contrário a 20% sobre 180 cruzados! Não tem golpe que justifique vir aqui e dizer que somos cristãos novo, somos homens de vergonha na cara, por isso saímos daquela bancada! E dizem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e dizem que vão anunciar a boa nova, hoje, parece que vem 70 cruzados de abono, parece também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em julho vem 12% sobre o mês de junho! Certamente os pais e mães que aqui estão vão poder suportar isto. A consciência e a decisão dos líderes que aqui estão chegaram é agora que tem que se dar.

Eu preferia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quando se elaborar o Regimento Interno desta Casa novamente, apresentar uma emenda para que estas votações não sejam secretas. Não sejam secretas, elas sejam abertas, para que os homens e as mulheres que compõem este Parlamento, digam de que lado estão!

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não suportei manter um estado de coisas como esta, que apreciei hoje, subindo às galerias!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Senhoras e Senhores paranaenses que estão nesta Assembleia, Senhor Deputado Federal César Maia, que nos honra com a sua visita.

Há um rio de soja e um rio de trigo correndo pelas estradas do Paraná neste momento, em direção ao nosso porto de exportação. Há um velho modelo colonial se reeditando. Mudaram as carroças, mudaram as tropas, mas permanece a mesma miséria ao longo dos caminhos. Os campos mais ricos do mundo não geram as cidades mais ricas do mundo, nem as populações mais privilegiadas do mundo.

Os campos mais ricos do mundo geram as melhores colheitas, as privilegiadas arrecadações de ICM, mas geram também, pelo modelo colonial, a fome e a miséria ao longo dos caminhos do Paraná. Estranho paradoxo este, que não nos dá a igualdade de oportunidades; se somos a melhor seara do mundo, porque não temos o pão mais farto e a mesa mais farta de todo o mundo?

Nisto entra a discussão do salário do funcionalismo público do Estado do Paraná. Entra a discussão da independência desta Assembleia, que daqui a um tempo vai ser submetida a questão, ao meu ver bizantina, de trocar o ceifador do escudo do Paraná, pelo semeador lá da praça do Semeador, da praça Eufrásio Corrêa. Trocar o ceifador pelo semeador. Ora, ficará quase impossível mudança de braço, se continuar esta política de um ceifador posto no Palácio Iguaçu.

Há uma defasagem salarial entre maio de 87 e maio de 89, de 154% no salário do funcionalismo público do Estado. Quem entrasse ganhando três salários mínimos no começo deste governo, hoje está ganhando um salário mínimo. O achatamento foge das raíais do bom senso.

O veto é baseado no plano verão. Ora, nos visita o Deputado César Maia a convite da Associação dos Jornalistas Econômicos do Paraná, para dizer o que o País inteiro sabe, ou quem é capaz de pôr a mão no bolso sabe, que já se fez o outono do plano verão. O óbvio está sendo proclamado; no entanto, a Assembleia se renderá ao Palácio e esquecerá o óbvio. A Assembleia ainda uma vez trocará a sua independência e a sua oportunidade de afirmação como Poder, trocará o direito de fazer em lei a correção da injustiça pelo favor do abono, pelo favor do príncipe?

Outra vez, ainda uma vez, ao príncipe dar-se-á o direito de conceder como esmola o que é dever? Impõe a Assembleia naquela urna, pelas sobrecartas sem marca, pela lanheza da votação, impõe a Assembleia ao Paraná e ao príncipe do Paraná a realidade que hoje estamos vendo. Faz-se outono no plano verão. Exige-se, num tempo de inflação de dois dígitos, uma reposição salarial digna. Ou vêem os senhores alguma dignidade no paralelo que eu vou fazer, dum médico clínico geral, que no INAMPS do Sarney, ganha 821 cruzados e na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, pela mesma carga horária, e pela mesma obrigação, ganha hoje 322 cruzados e dezoito centavos. Ganhava igual o Doutor, no começo do Governo.

O salário achatou-se. A Assembleia deve se erguer, a Assembleia deve se erguer para confirmar ao povo que se ergue, para confirmar o resultado das urnas de novembro nos dois colégios eleitorais de maior densidade, o de Londrina e o de Curitiba. A Assembleia se deve erguer, sobretudo para fazer justiça, justiça a um plano verão que já não existe, pertence à triste crônica das manobras de um Governo que já não há e que faz água, fazer justiça a este País que tem consciência, mas sobretudo, fazer justiça à tradição que devemos principiar no Paraná, porque tradição não é

defeito, fazer história não é defeito, quem sabe faz a hora não espera que aconteça, fazer justiça à tradição que devemos principiar neste Paraná, de ruptura com o modelo colonial. Se nós abarrotamos o porto, se nós sangramos os campos se nós enchemos as estradas com a melhor colheita e com a melhor safra dos últimos tempos, não há porque mantermos uma casta de escravos entre os funcionários públicos do Estado, há que se romper o modelo colonial, a que se romper sobretudo o modelo de sermos os Deputados como os donatários das velhas capitâneas, aqueles que esperam sempre do rei ou do príncipe, um favor, um aceno, um afago. Não há preço pelo voto independente, mesmo porque a liberdade não tem preço. Sejam pois as minhas palavras aqui, a de convite aos Senhores Deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que saibam fazer a hora, ainda uma vez, não fiquem esperando que aconteça.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quando esta Casa apreciou a Mensagem do Senhor Governador e inseriu através de uma emenda aprovada pelo Plenário, o critério da reposição salarial e o reajuste com base naquilo que era e é considerado justo para a valorização do trabalho do servidor público, viemos a esta tribuna e manifestamos a nossa posição francamente favorável à emenda que foi encaminhada ao Palácio Iguaçu. Volto agora a esta Casa apreciar a matéria em vista do veto do Senhor Governador do Estado do Paraná. Razões foram apresentadas pelos eminentes Deputados que me antecederam, para demonstrar que a melhor atitude pelo legislador, que já anteriormente fixou a sua posição, é votar a favor de projeto e contrariamente ao veto. Por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como representante do Partido Liberal, vamos manter a nossa posição anterior, votando para que o funcionalismo público do Estado do Paraná possa ter uma remuneração que lhe proporcione um pouco mais de condição, para atender as necessidades suas e de seus familiares, nesta fase realmente muito difícil para a manutenção de um "status" que requer valores muito maiores daqueles que estamos votando hoje, a fim de que haja necessária tranquilidade no exercício da função pública, que é essencial e importante para o próprio desenvolvimento da nossa terra.

Portanto, o nosso voto será apostado em favor do funcionalismo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Deputado Nereu Massignan, com a palavra.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Dou preferência ao Sr. Deputado Raul Lopes, que já está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Deputado Raul Lopes, com a palavra.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros funcionários públicos que nos honram com sua visita.

Eu não vou tomar muito o tempo dos companheiros, até porque me preocupo com a demora, porque temos pressa em votar. Receio que, por problemas vários alguns companheiros possam se retirar do plenário, e a continuidade de oradores nesta tribuna pode até prejudicar a grande expectativa de todos nós, que é votar contra o veto do Governador. De sorte que, companheiros, vamos manter o que posteriormente já mantivemos; e eu queria só, nesta oportunidade, fazer mais uma vez uma observação, que tivemos também a oportunidade desta tribuna, de dizer que educação e segurança pública nunca foram prioridades de Governo, e aqui nós estamos assistindo e observando.

Com todo o respeito que eu tenho à educação, que assisto sensibilizado ao drama, eu quero, como um profissional de área da segurança, dizer e caminhar no meu raciocínio, por esta situação, face o quadro dantesco, deprimente, que vive a segurança pública do Estado do Paraná. E o motivo é a insensibilidade do Governo, em administrar uma política salarial decente e honrada, e não pagar salários aviltantes como nós estamos assistindo.

E aí está o quadro da segurança pública; o homem desmotivado, desinteressado, saindo, transferindo para nós, para a sociedade, para o Governo, o quadro que aí se apresenta.

E assim, na educação, na saúde, na habitação e em outros tantos campos; razão pela qual subi para mais uma vez dizer aos companheiros, que votarei contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Deputado Luiz Alberto, com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

Solicitei a Vossa Excelência a minha inscrição, por último, e aguardo, portanto, nobres Srs. Deputados que queiram usar da palavra, para que possam fazer o encerramento da discussão da matéria.

Faço esta solicitação, Sr. Presidente, tendo em vista inclusive o fato de que, na última sessão que analisamos o veto governamental, fui o Deputado que falou em nome

da Oposição e que justificou a retirada da Bancada da oposição, naquela ocasião. Tendo em vista este antecedente, solicito a Vossa Excelência que me inscreva por último, para as colocações que desejo fazer sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa tem duas inscrições por último: Vossa Excelência e o Deputado Nestor Baptista.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu tenho prazer em ouvir o eminente Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Pela primeira vez nesta sessão um Deputado faz uso da tribuna do PMDB, o nosso Partido, por enquanto.

Vale observar, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados que esta emenda que nós propusemos, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se ela for aprovada e nós esperamos que seja aprovada, acredito que tenhamos votos suficientes para aprovar a emenda e derrubar o veto do Governador, terá tido a participação da Bancada do PMDB. Respeito a posição dos ilustres Deputados da Bancada do PMDB que não nos acompanham nesta oportunidade. Contudo, é preciso que se faça esta observação que se a emenda for aprovada hoje, e temos certeza de que ela será aprovada, ela será aprovada com votos de pelo menos seis Deputados da Bancada do PMDB.

(Palmas).

Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, eu venho à tribuna apenas para manter uma posição minha e de alguns companheiros que me autorizaram para tal, porque comentou-se que este Deputado, aquele Deputado, deixaria de votar com a emenda, votaria favoravelmente ao veto, depois de ter tomado uma posição dando um aumento, que não é grandes coisas não, e nós sabemos disso, mas que seria algo que poderia minorar os sofrimentos dos servidores públicos do Estado. Tanto estão ganhando pouco que o Governador do Estado prepara-se para encaminhar um abono aos servidores públicos estaduais que ele está reconhecendo, agora, em função desta atuação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que o funcionalismo público do Estado, está, efetivamente, ganhando pouco. E a Assembléia Legislativa do Paraná marcou uma posição, neste ato, com esta emenda, com este projeto, uma posição clara, favorável ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

Quando surgiu esta emenda eu devo di-

zer que foi um trabalho de alguns Deputados. Uma reunião que nós mantivemos com o Deputado Hermas Brandão, este brilhante Deputado Estadual; com o Deputado Antônio Bárbara, meu companheiro Deputado de Maringá; com a Deputada Vera Agibert, que está presente neste Plenário; com a Deputada Ironi Pugliesi, com o Deputado Paulo Furiatti. Nós fizemos uma reunião e decidimos que iríamos apresentar esta emenda à Assembléia Legislativa do Paraná e apresentamos. A emenda foi discutida, a emenda foi votada e a emenda foi aprovada.

Hoje, o Governador Álvaro Dias, declara, pelos órgãos de Comunicação, que a Assembléia não tem competência para votar esta emenda que seria, segundo ele, inconstitucional é que aqueles que se prepararam para votar a Constituição do Estado não poderiam votar matéria desta natureza. Eu lamento, profundamente, as declarações do Governador e acho que ele foi totalmente infeliz nesta declaração é em nada, absolutamente nada, muda o meu voto.

(Palmas).

Venho para esta tribuna dizer que vou votar contra o veto do Governador e tenho certeza que os Deputados que eu citei que participaram desta emenda, que participaram desta discussão, que apresentaram conosco esta emenda, Deputados do PMDB, também votarão favoravelmente à emenda contrariamente ao veto.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Convido o Deputado Luiz Alberto e o Deputado Nestor Baptista a um pequeno sorteio.

Com a palavra o Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado, Excelência.

Eu gostaria de interpelar a Bancada do PMDB, que eu tenho informações de que será anunciado aqui um abono do Governador. Foi anunciado pelos jornais e ao que me consta, será anunciado oficialmente pela Liderança do PMDB esse abono.

Ora, para nós seria muito mais democrático o debate, seria mais aprofundado se o PMDB então, antes de eu falar anunciasse esse tão propalado abono do Senhor Governador.

Feito isto, eu irei à tribuna.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa anuncia os últimos oradores inscritos, Deputado ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Consulto à Liderança do PMDB se está disposta a acatar as ponderações que faz a Liderança.



do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os últimos oradores inscritos Deputados Nestor Baptista e Luiz Alberto Oliveira.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - O Deputado Nestor Baptista fala pela Liderança do PMDB?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Nestor Baptista, no sorteio.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu continuo inscrito, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu solicito a Vossa Excelência, uma explicação. Está me assegurada a palavra, depois da palavra ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não, os últimos oradores, Deputado Nestor Baptista e Luiz Alberto Oliveira.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Então, ilustre Deputado Nestor eu vou falar antes de Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Senhor Presidente, Vossa Excelência chamou o Deputado pela inscrição e o mesmo estava ausente. Eu entendo que Vossa Excelência não quer cercear e nem pode cercear o direito de quem quer usar a tribuna, mas uma vez que as inscrições estão feitas, eu acho que Vossa Excelência, deveria fazer cumprir o Regimento.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, apenas para uma explicação.

Eu fiz uma ponderação à Liderança do PMDB se iria falar antes, anunciando o abono, como não vai falar então eu continuo inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência tem que falar pelo seu partido.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, Vossa Excelência me disse que eu estava ausente. Eu estava aqui.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência foi chamado e não foi à tribuna.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa não tem por objetivo cercear a palavra dos Senhores Deputados, ocorre que o Deputado Nereu Carlos Massignan cedeu a palavra ao Deputado Raul Lopes e considerando que Vossa Excelência merece todo o apreço desta Casa, vai lhe conceder 5 minutos.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu falei fora do microfone, quando fui anunciado, eu disse que dava preferência para que o Deputado Raul falasse, mas eu não abdiquei do meu direito, tanto é que as notas taquigráficas assim o registraram.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai ser tolerante com Vossa Excelência, mas Vossa Excelência abdicou do seu direito.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço a Vossa Excelência.

Eu não vou tecer aqui as considerações a respeito dos índices de aumento do funcionalismo público, todos nós já sabemos. Eu vou falar dos decretos do Senhor Governador que antecipa 9%, 12%, hoje anuncia um abono que nós não sabemos de quanto é e assim vai fazendo a sua política salarial do funcionalismo público por decreto, como se o funcionalismo público estivesse, ao bel-prazer, a uma política unitária de quem governa circunstancialmente o Paraná. O funcionalismo merece respeito e este respeito só se faz quando a Assembléia Legislativa exerce na sua plenitude as decisões em relação ao salário do funcionalismo público. Não é o Governador por Decreto que o define. Ele usa leis delegadas que já se vão longe, já revogadas pela Constituição de outubro de 88. Esta é uma prerrogativa da Assembléia e se eu pedia que o PMDB anunciasse esse abono era exatamente para argumentar em cima disto. É vergonhoso, Senhor Presidente, Senhores Deputados esta Assembléia aqui ouvir daqui a pouco o representante da bancada do PMDB anunciar um abono por decreto, enquanto aqui tem 54 Deputados que têm a obrigação de legislar ou vamos para casa e deixamos o Governador Álvaro Dias governar sozinho.

(Palmas).

Respeite-se as pessoas, mas acima de tudo respeite-se uma política salarial negociada, aberta, transparente. Tragam os dados das dificuldades do Estado, abram os orçamentos, convoquem os funcionários e os Deputados, não dêem recados pelo jornal. Este argumento de que não há dinheiro muitas vezes é o argumento da incompetência.

O Governador Álvaro Dias mandou um recado ofensivo para a Assembléia Legislativa. Diz ele: Não acredito que os Deputados votem contra o veto, porque votarão contra a Constituição e os Deputados Estaduais estão escrevendo uma Constituinte e se votarem contra a Constituição serão incompetentes. Nem o respeito à Assembléia. Mas quem não respeita funcionário não respeita ninguém. (Palmas)... E esse respeito ao funcionário e à Assembléia têm um condicionador sério e importante que é o voto



que levou ao Palácio Iguçu. É este voto que deve fazê-lo respeitar estes parlamentares aqui, sejam os do Governo e falo por eles defendendo as prerrogativas dos 54 Deputados. Falar em incompetência de Constituinte é freqüentar a escola do presidente Sarney que falava a mesma coisa dos Constituintes Federais. O Governador foi bom aluno do Presidente Sarney, não só para lhe dar cinco anos, mas também para atacar a Constituinte Estadual. Bom aluno do Presidente Sarney, mau aluno para a democracia. (Palmas)...

Esquece-se o Senhor Governador que encaminhou a esta Assembléia em janeiro um Projeto de Lei aumentando, tratando do aumento do funcionalismo, e embutiu naquela ocasião o aumento da Magistratura, do Poder Judiciário aqui do lado e o Poder Judiciário, e foi dito naquela época, tem competência privativa para tratar do salário dos seus integrantes. Mesmo assim o Governador descumpriu a Constituição. A Bancada do PMDB descumpriu e vem dizer que os Deputados são incompetentes, quando ele mesmo assinou a sua incompetência ao querer legislar atribuições privativas do Poder Judiciário.

Este veto, hoje, vai ser derrubado. (aplausos).

Não só com os votos da Oposição porque ela não tem o suficiente, são vinte e quatro; mas têm votos da Bancada do Governo que vota com a dignidade do Parlamento e do salário do funcionalismo. E, somando essa dissidência da verdade, essa dissidência da decência, essa rebeldia enlouquecida de esperança, faremos vinte e nove votos hoje aqui e vamos derrubar esse veto! Essa rebeldia enlouquecida que certamente sabe que as variações da cesta básica dos meses de janeiro e fevereiro - do Boletim do DIEESE, foram: tomate em janeiro, 144%; café em pó, 81%; batata, 69%; feijão, 54%; arroz, 44%; açúcar, 41%; pão, 37%; alho, 36%; farinha de trigo, 37%; carne bovina, 15,81%. Esta dissidência, somando-se aos Partidos de Oposição, somando-se todos nós, vamos dar uma aula de democracia aqui hoje àquele que nos chama de incompetente, e esta aula de democracia vai fazer com que o Governador que freqüentou esses bancos escolares da democracia, retorne à aula e venha aprender conosco que democracia é Parlamento livre e respeitado. Só assim esta Assembléia, que também é Constituinte, que também é representante do povo vai olhar as frases aqui escritas, e tem o recado dos Deputados de 1990, esse recado não é só para os Deputados de 1990, esse recado é para aqueles que preterem disputar o Governo do Estado em 1990. E aí daquele que se associar com aqueles que hoje combatem aquilo que é mais digno no homem, na sua família, é

digno no uniforme da criança, é digno no feijão, no arroz, na farinha, no refrigerante na mesa, é digno quando ele tem que pagar aluguel, é digno quando eu abrir um contra-cheque de uma professora com 36 anos de serviço, duas vezes diretora. Trinta e seis anos e mais que a metade da vida. E o contra-cheque de inativo, da Secretaria da Educação, no mês de fevereiro, Senhores Deputados, é de CZ\$ 359,00 líquidos, CZ\$ 436,00 brutos. Trinta e seis anos. Quinze cruzados por anos de magistério. É digno isso? Os ex-alunos desta professora, tenho certeza, fariam fila, gritariam...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência tem 20 segundos para concluir.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ... gritariam até o fundo de sua alma, expulsariam o seu sangue de rebeldia dos seus pulmões e de sua alma, sim, para dizer: "Deputados, não pratiquem a ignomínia de negar este mísero aumento, sim, mas digno, porque é uma questão de salvar e dignificar o Parlamento, e, acima de tudo, é uma questão de ter o salário como cordão mínima de vida e de decência do funcionário público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria muito de ver esta Casa, Senhor Presidente, sempre tomada e lotada pela população do Paraná, pela população preocupada com os destinos do nosso Estado, dos 9 milhões de paranaenses.

"Mas, Senhor Presidente, o Governador Álvaro Dias acaba de assinar 2 Decretos da mais alta importância.

(Lê): "O Governador Álvaro Dias acaba de assinar dois Decretos da mais alta relevância para o funcionalismo público estadual do Paraná.

Pelo primeiro deles, o Governador concede a todos os funcionários, inclusive os inativos, um reajuste através do abono de setenta cruzados. Pelo segundo, o Governador autoriza a aplicação de 12% do valor da folha de pagamento do quadro geral na concessão de progressão funcional.

São duas medidas que refletem o empenho do Governo do Estado em promover o reconhecimento do valor e da importância do nosso funcionalismo público, como também a concretização de uma justiça, não apenas salarial, mas distributiva, pois incidem com maior vigor naquelas faixas salariais menos aquinhoadas e mais necessitadas.

O abono de setenta cruzados representa, para os funcionários que recebem de NCz\$ 100,00 a NCz\$ 500,00, reajustes salariais representando uma variação de 70% a 15%. Como grande parte de nosso funcionalismo situa-se numa faixa média de NCz\$ 300,00, o abono representa um reajuste de cerca de 25% em média. Para os professores, por exemplo, representam uma substancial elevação do piso que passa de NCz\$ 276,00 para NCz\$ 416,00 (para quarenta horas semanais), quase que alcançando o valor pretendido pelos movimentos reivindicatórios de outros Estados.

A progressão funcional, com uma elevação substancial para os funcionários aquinhoados, atinge o quadro geral, vale dizer, tem seu impacto maior sobre as bases do nosso funcionalismo, aqueles funcionários que, por modestos e simples, fazem o serviço "pesado" do Estado: zeladores, motoristas, auxiliares, enfim, funcionários que, com seu empenho e devotamento, garantem as condições essenciais para os demais estratos dos trabalhadores públicos.

Podemos notar, portanto, que as duas medidas se complementam, visando atender, com maior ênfase, os funcionários de salários mais modestos, que são os mais afetados pelo perverso processo inflacionário atual.

Ademais o Governador já manifestou sua intenção de conceder, para o mês de julho, novo reajuste salarial.

Com tais medidas e com esta manifesta boa vontade no sentido de propiciar ao funcionalismo público paranaense uma progressiva correção da sua realidade salarial, o Governador Álvaro Dias dá mostras de que, com responsabilidade, sabe aliar a atenção à realidade do tesouro com a necessidade de uma justiça distributiva nos salários do funcionalismo público.

Ao vetar o aumento que havia sido concedido sem atenção aos ditames constitucionais, o Governador Álvaro Dias demonstra ao Paraná que entendeu a lição da democracia, que torna o Governante responsável pelo zelo escrupuloso com relação ao dinheiro que é do povo. Não vetou por desconsiderar o funcionalismo público. Não vetou por ignorar a realidade angustiante que vivem suas famílias, como aliás as famílias de todos os trabalhadores brasileiros. Vetou em nome da responsabilidade e da obediência à Constituição, valor mais alto para todos quantos prezam a democracia e a liberdade.

Não podemos deixar de assinalar que, na conjuntura atual, as demandas salariais, conquanto justas e legítimas, devem ser consideradas no contexto maior da realidade nacional. Não há dúvida quanto à premente necessidade de redistribuir a renda e aliviar a condição de pobreza em

que vive grande parte da população brasileira. No entanto, o simples reajuste salarial não é medida eficaz, se destrelado de formas capazes de desfazer o nó que impede o crescimento da economia e torna mais eficiente o setor público.

O Governo do Estado tem consciência de que, na seqüela do grave quadro de crise nacional, o funcionário público do Paraná vê diminuir o poder aquisitivo do seu salário. E a bancada do PMDB vê da mesma maneira.

Por outro lado, tem consciência também do seu dever no atendimento daquelas demandas que são prioritárias porque fundamentais para a grande maioria da população do Paraná: estradas, escolas, postos de saúde, hospitais e tantas outras que contribuem para corrigir os desequilíbrios sociais existentes e que tanto criticamos.

O poder público estadual tem de agir com competência e lucidez para atender o equilíbrio entre suas obrigações fundamentais para com a população e as limitações decorrentes de suas disponibilidades. Não pode, portanto, incidir no gravíssimo erro do populismo fácil com o atendimento irrefletido de reivindicações setoriais, desconsiderando o bem comum, sempre maior e mais prioritário.

É assim que, atendo-se à capacidade do Estado, as demandas setoriais são analisadas no contexto das demandas gerais da população, sendo atendidas com a competência de quem sabe da responsabilidade de zelar pelo presente e pelo futuro deste Estado. Dentro deste espírito, as decisões assumidas pelo Governador Álvaro Dias não buscam a popularidade dos demagogos e oportunistas, mas decorrem da visão de quem reconhece que a base primeira de um governo democrático e popular é a seriedade no trato da coisa pública e a priorização da justiça distributiva, à qual repugna concessões que atendem pleitos setorializados em detrimento do bem comum".

Desta forma, Sr. Presidente, gostaria ainda de fazer uma rápida análise. Quem percebia em dezembro, Sr. Presidente, 100 cruzados, em torno de 215 seria o seu salário no mês de março. Com a emenda do companheiro Ferrari Júnior, sobre março, haveria, aproximadamente, um aumento de 85 cruzados. O que daria um total de 215 mais 85, portanto por volta de 300 cruzados novos. Com a mensagem do Governo, nós teríamos, Sr. Presidente, com a emenda Governamental, mais 40 em cima de 215, com total de 255 cruzados. E com o abono de hoje, mais 70 cruzados, num total de 325 cruzados. Portanto, me parece que 325 é superior a 300, pretendidos pela emenda do companheiro Ferrari Júnior.

Sr. Presidente, apenas mais um minuto para concluir.

Ouvindo atentamente o Deputado Paulino Delazeri. Lembrou ele que quem tem um salário de 107 cruzados hoje e, eu quero lembrar que quem tem um salário de 107 cruzados hoje com a emenda Ferrari Júnior iria para 128 cruzados. Quem tem um salário de 187 para 229. Com o abono quem tem 107 passa para 177 que representaria 67% de aumento. Quem tem um salário de 187 teria um aumento de 37% passando para 257. E quem tem, no cálculo do Deputado Paulino Delazeri um salário hoje de 300, com a emenda teria 360 cruzados com a emenda de Ferrari Júnior e teria, portanto, com o abono do Sr. Governador 23% que daria, portanto, 370 maior do que o pretendido pela emenda.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sublinhando os gestos concretos que demonstram a boa vontade e o empenho do Governador Álvaro Dias em atender o funcionalismo público estadual com justiça e serenidade esperamos que esta Casa saiba também que com ela está o serviço, o espírito de serviço e de desprendimento público. Está o dever de cumprir o que lhe cabe neste momento reconduzindo as leis ao seu verdadeiro leito que é a Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Luiz Alberto com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vivendo na tarde de hoje o episódio final de uma novela que eu poderia denominá-la "O Calote".

E o seu principal ator é o narcisista Governador do Paraná que imagina através de um reino da fantasia repetir tantas mentiras de tal forma que ele acredita que as suas serão a verdade para os outros.

Está esquecido o Governador Álvaro Dias que é possível alguns enganarem a muitos por muito tempo. É possível enganar outros por pouco tempo, mas não é possível enganar a todos e ao Paraná por todo o tempo.

Calote, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque o Governador em dezembro prometeu um reajuste de 100% sobre os vencimentos de 1988 e pediu um prazo, fez um papagaio para com o funcionalismo público para pagar 39% a partir do mês de março.

Pois bem, esta Assembléia Legislativa com o voto unânime dos Deputados, do Governo e da Oposição, aprovaram o reajuste que significava uma reposição salarial de 1988 de 139% em duas parcelas, a primeira para vigorar em janeiro de 89 e a segunda para vigorar em março de 89.

O que fez o Governador do Estado? Após

a edição do plano verão, mandou uma Mensagem para a Assembléia, dizendo que a sua palavra não tinha mais valor e que ele não iria pagar os 39% para o funcionalismo público! Ora, se qualquer um de nós for a um banco fazer um empréstimo e pagar 100% e deixar de pagar o restante da dívida, nós temos o nosso bem penhorado, o nosso crédito cortado. E o Governador Álvaro Dias, que coloca numa situação extremamente desagradável os seus companheiros de Partido, porque os avalistas daquele papagaio que o Sr. Álvaro Dias não quer pagar são os Deputados desta Casa, foram eles que avalisaram a Mensagem!

Pois bem o Governador não honrou a sua assinatura, não cumpriu a sua palavra, e agora quer, novamente, enganar o funcionalismo público estadual! Ao invés de aprovar a emenda Ferrari Júnior, vem Sua Excelência, aquele mesmo homem que não honrou a sua palavra e nem a sua assinatura, dizer que vai dar um abono, como se ele fosse o príncipe encantado, do reino da fantasia, e apenas ele pudesse dar, como que uma esmola para o funcionalismo público! Como se a arrecadação deste Estado não fosse o produto do esforço de todos nós, dos servidores do DER, que abrem as estradas, dos professores que preparam o futuro, dos agricultores, dos trabalhadores das mãos calejadas, somos nós o Estado do Paraná! O Estado não é o príncipe que fica encantado no Palácio Iguaçu! E quem mente, Srs. Deputados, quem mente uma vez, mente duas, três, quatro vezes.

O abono não incorpora, para efeito de aposentadoria, o abono não faz com que o funcionalismo público tenha o direito do desconto previdenciário de acordo com o aumento.

Respeito muito o Deputado Nestor Baptista, que hoje cumpriu a sua tarefa ingloria, de defender apenas o Governador do Estado. Repilo as suas colocações de que a Oposição aqui está sendo demagógica, ou está sendo interesseira. Demagógica e interesseira era posição do Governador Álvaro Dias, que quando era Deputado Estadual, criticava os governos anteriores na greve dos professores. E agora, como Governador, coloca cachorro, cavalo, bala e bomba.

Falar que é inconstitucional a emenda Ferrari Júnior, é esquecer o que diz a Constituição Federal, a Lei Maior, superior a moribunda Constituição Estadual. A Constituição Federal diz que à Assembléia Legislativa cumpre votar e apreciar as matérias com referência à criação e aumento do salário do funcionalismo público.

E o que disse o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, quando promulgou a Constituição Federal? Disse que quem traísse a Constituição praticaria um crime

lesa-pátria, seria traidor do povo brasileiro. Pois bem, o Governador Álvaro Dias, além de trair o funcionalismo público está traíndo os ditames da Constituição Federal.

Portanto, Sua Excelência, além de ter dado o calote oficial, ele agora assume o papel de quem não respeita a lei e de quem trai a Constituição Estadual.

Dizer, companheiros, que 12% de aumento neste mês, vai significar mais, é esquecer que o funcionalismo público sabe fazer as contas. E porque o funcionalismo público sabe fazer a conta simples de somar ou de diminuir é que o funcionalismo sabe que o Estado do Paraná está tendo excesso de arrecadação, que o jornal "A Gazeta Mercantil" reconhece que o Estado do Paraná está arrecadando no mês de maio 30% a mais do que no mês anterior.

Por isso os homens que ficam ao lado dos servidores e não dos serviços do Palácio Iguazu vão hoje votar contra o veto de Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação. O Sr. 1º Secretário dará início à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, considerando que no intervalo das discussões, surgiu alguma dúvida a respeito do modo de votação, eu gostaria que a Presidência explicasse detalhadamente a todos os Parlamentares, neste instante, como será feita a votação e principalmente quem vota a favor do veto, como deve votar, e quem vota contra o veto como deve votar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os que votam com a cédula "Sim", é pela aprovação do projeto e conseqüente rejeição do veto. Os que votam com a cédula "Não", votarão a favor do veto.

Inicia-se o processo de votação. Convindo a comissão escrutinadora para verificar as cédulas e os envelopes.

A Mesa reitera o convite: a Comissão escrutinadora para que verifique as cédulas e os envelopes, e são os líderes das bancadas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) - Será procedida à segunda chamada dos

Deputados ausentes.

É o seguinte resultado dos votantes: 49 Srs. Deputados votaram; 2 Deputados estão de licença aprovada pelo Plenário desta Casa; 3 Deputados ausentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o processo de votação, designo uma comissão composta pelos Srs. Deputados Líderes de Bancada e mais o Líder do Governo, sob a presidência do 1º Secretário, que se proceda ao escrutínio dos votos. Esclareço aos membros da Comissão, antes nominada, que qualquer impugnação - se verificada alguma irregularidade -, deverá atender ao que se acha disposto no art. 169 e 171 do Código Eleitoral, conforme decisão já adotada pela Mesa, ou seja, deverá ser formulada antes da proclamação do resultado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem) - Sr. Presidente, eu consulto à Mesa quantos Deputados se encontram em licença nesta Casa. Segundo me consta, o Deputado Annibelli e o Deputado Artagão. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É isso.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Em razão disso então esses dois Deputados estando em licença, temos um quorum de 52 Deputados. O veto se faz pela maioria absoluta - e estou levantando uma Questão de Ordem neste aspecto. Se temos 52 Deputados, já que dois estão de licença, metade de 52 é 26, para se chegar ao quorum necessário do veto - mais um, temos 27 votos. Levanto esta Questão de Ordem de que os Deputados ausente, por licença concedida pela Assembléia, o quorum deve ser dos Deputados não licenciados, isto é, dos 52 Deputados, descontados os dois que pediram licença - Deputado Artagão Mattos Leão, Deputado Antônio Annibelli. Em razão disso, o quorum é de 27 votos. Eu suscito essa Questão de Ordem perante a Mesa desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A decisão da Mesa é baseada na Constituição Federal, serão necessários 28 votos para a rejeição do veto.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem) - A Constituição Federal, e quero aqui manifestar a minha posição em relação a isto. A Constituição Federal, no artigo 66, diz o seguinte: "O veto, decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção, § 3º; § 4º: o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar do recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados e Senado-

res...". Não fala dos integrantes do Congresso Nacional, isto é, dos integrantes da Câmara dos Deputados e dos integrantes do Senado Nacional. Razão porque entendo que, com a licença desses dois Deputados, e quero deixar registrado esse meu entendimento, para eventual, eventual, vejam bem, decisão posterior das Lideranças da Oposição e daqueles que votaram contra o veto de tomarmos as medidas que acharmos procedentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência vai ficar com o eventual, a Mesa mantém a decisão.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PPRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede a conferência das votações. 27 (vinte e sete) votos "SIM". 20 (vinte) votos "NÃO". 2 (duas) impugnações.

Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

## 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs.

279/88  
319/88  
05/89  
19/89  
22/89  
53/89  
71/89  
77/89

## e dos Projetos de Resolução n.ºs.

91/89  
92/89  
93/89  
94/89

## 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs.

327/88  
16/89  
34/89  
88/89  
99/88  
206/86  
58/87  
133/87

Levanta-se a sessão.